

Os lugares da psicanálise no Brasil contemporâneo: perspectivas e desafios

Wilson Franco

Psicólogo e psicanalista, doutor em psicologia clínica pela (USP)

Instituição atual: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

E-mail: wilsondeacfranco@gmail.com

Resumo

Esse texto foi usado como base para minha intervenção no ciclo de palestras que o Fórum de discussões: Práxis psicanalítica organizou ao longo do mês de maio de 2021. Optei por manter o estilo adequado a uma exposição oral, porque acredito que reflete da melhor forma a vocação e as pretensões do texto. Para os leitores eventualmente interessados em uma exposição mais formal do anteparo teórico-metodológico que lastreia o argumento, recomendo a leitura da minha tese de doutorado, defendida perante o Instituto de Psicologia em 2018 (também disponível em versão comercial, editada pela Blucher em 2020) e a um artigo que publiquei em coautoria com Paulo Beer a respeito da noção de “indissociabilidade entre clínica e política em psicanálise.

Gostaria de agradecer ao Tadeu Aguiar, à professora Rosane Costa, à UNESA-RJ e à Práxis Psicanalítica pelo convite para participar desse evento.

Introdução

Quero começar minha exposição explicando como compreendo o tema que eu mesmo propus; a partir daí teremos alguma clareza da proposta e, com isso, poderemos mapear o escopo das minhas proposições e do debate que venho propondo à comunidade psicanalítica (e aqueles interessado por psicanálise e historicamente alijados do campo psicanalítico).

Psicanalistas atuam de inúmeras formas no cotidiano. Eles são, antes de mais nada, pessoas e cidadãos, e eu tenho claro que essa inserção deles na trama social cotidiana, enquanto cidadãos, não diz da psicanálise e não depende da psicanálise. Ou seja: se um psicanalista vai ou não vai a passeatas, se escreve ou não escreve texto contra o Bolsonaro ou contra o Lula etc., isso são questões de cidadania e engajamento individual, e o fato de aquele cidadão ser psicanalista é, no caso, incidental. Não é indiferente, obviamente, mas não nos ajuda a situar os lugares da psicanálise no sentido que quero dar à questão aqui.

Em outro nível, mas ainda no horizonte das definições negativas, compreendo que a psicanálise muitas vezes é mobilizada como patrimônio cultural, como uma teoria, um arcabouço conceitual ou uma visão de mundo. Essas mobilizações são intimamente relacionadas aos lugares da psicanálise em nosso tempo e meio, e suscitariam debates interessantes em termos de práxis e engajamento, mas no contexto da minha fala elas não serão tomadas em consideração. Ou seja: não estou me ocupando aqui da mobilização da psicanálise enquanto teoria ou enquanto visão de mundo.

De que estou falando, então? Em resumo, daquilo que Luís Cláudio Figueiredo um dia chamou de “psicanálise viva” – a psicanálise que atravessa os sujeitos no contexto de uma trajetória de formação psicanalítica, de análise pessoal, etc: da práxis clínica, da psicanálise que habita a clínica (não só nos consultórios particulares, mas onde quer que a clínica aconteça). É possível, claro, que a clínica aconteça em atividades que passam por alguma daquelas circunstâncias que eu disse acima que não serão nosso foco – mas nesse caso o que nos interessa é a clínica, e o fato de ela ter passado por esses horizontes é incidental. Exemplo: uma pessoa pode encontrar o próprio analista numa passeata, e isso pode ter efeitos transformadores para ela; nesse caso a participação do analista na passeata teria efeito clínico – mas o que nos interessa é o efeito clínico, e não o fato incidental de o analista ter estado na passeata. Também pode acontecer de alguém passar por uma experiência transformadora acompanhando as produções de um psicanalista veiculadas no YouTube – mas nesse caso o que nos interessa é o efeito clínico que a experiência mobilizou na pessoa, e não o fato incidental de o analista ter vídeos ou um canal no YouTube.

Em resumo: o que me interessa discutir com vocês é a psicanálise em sua incidência clínica. E o que significa, para nós, “incidência clínica”? Bom, para sermos breves: significa toda incidência da psicanálise enquanto plataforma de promoção de encontros intersubjetivos e subjetivamente engajantes, encontros que mobilizam o sujeito

no para além de sua consciência, que interpelam seu campo desejante e promovem, assim, ocasiões potencialmente transformadoras.

The thing that speaks:

Essa especificação e essas diferenciações podem parecer especialismo, tecnicidade ou preciosismo, mas eu acho que não são: eu acredito que elas devam ser feitas para que possamos de fato entender a contribuição potencial da psicanálise para nosso tempo e meio. Um cidadão pode ir às ruas pelas coisas que ele compreendeu por força de seu contato com a psicanálise – mas bem poderia ser pelo que ele leu em Agamben, pelo que ele discutiu com os colegas em seu coletivo ou o que quer que seja; um intelectual público pode promover bons debates inspirado pela psicanálise, mas há bons intelectuais públicos inspirados pela teoria crítica, por Foucault ou por Marx; nesse contexto, a psicanálise tem contribuições incidentais – importantes, mas incidentais. Há, por outro lado, algo que é específico da psicanálise, que diz respeito ao encontro com a tal “psicanálise viva” – e isso, aconteça onde acontecer, é específico da psicanálise, e diz do lugar (e da responsabilidade) dela no contemporâneo.

Esse específico, se a gente tomar como exemplo prototípico o encontro num consultório (virtual ou material) entre analista e paciente, também não diz respeito ao todo do conjunto – é algo mais restrito, interno ao campo. Num encontro entre analista e paciente haverá dimensões incidentais compondo o que chamam de “imaginário” do encontro, bem como um bocado de coisas no horizonte dos “resíduos diurnos” (as “historinhas” que acolhem o trabalho analítico propriamente dito); essas dimensões acolhem o trabalho específica e propriamente analítico, que é um campo de pensamento e um campo potencialmente transformativo. Acredito, então, que um encontro clínico comporta uma dimensão interpessoal (que é interessante e importante, mas não é nosso foco) e uma dimensão de cuidado ou psicoterapêutica (idem) – mas nosso foco estará, aqui, na dimensão especificamente psicanalítica, no sentido da tal “psicanálise viva” do Figueiredo ou da “matriz ativa” do André Green.

Quem me ouve e não experimentou ou não conhece a psicanálise pode sentir que estou falando de algo meio esotérico, quase místico – os “segredos secretos” da psicanálise, que “transformarão sua vida para sempre” – mas quem conhece psicanálise vai entender de que estou falando: a contribuição da descoberta freudiana para nossos tempos foi esse efeito transformador do encontro psicanalítico, que envolve uma disposição e um empenho para habitar uma dimensão da vida humana que em geral a

gente relega a segundo plano. Não é nada místico, não é nenhuma prática iniciática secreta nebulosa: é psicanálise, onde ela mais importa, onde nada mais poderia estar.

Muito bem: posta nesse lugar, a psicanálise seguiu firme e forte através das transformações assustadoras por que passou nosso país nos últimos anos: não ia ter Copa, teve Copa, não eram só vinte centavos, não era só a Dilma, mas tinha que ser a Dilma, e bela tchau, querida, e um palhaço que morava desde 1991 no tijelão de Brasília virou presidente, e a democracia e o estado democrático de direito... bom, vocês lembram da história, estavam lá também – isso tudo aconteceu, e está acontecendo, e de alguma forma psicanalistas seguem ouvindo, e o trabalho segue seu curso. Essas coisas todas, bom, elas não definem a psicanálise. Lembro bem do entre turnos das eleições de 2018, quando a tensão pesava, e a maioria dos pacientes trazia relatos e questões ligadas a tudo que estava acontecendo ali: lembro que havia uma insistência desses temas e questões, e que isso clamava por testemunho, com alguma frequência (uma das coisas que um psicanalista faz é testemunho, pelo menos desde Ferenczi, nos idos dos anos 1920), mas para além do testemunho havia ali um trabalho analítico que insistia, e seguia, e se desenrolava. Posso dizer a vocês que em alguns momentos era difícil evitar o entupimento do “ouvido analítico” – tudo que se passava ali nos tocava de perto, mas ainda assim era possível habitar o enquadre e tentar se manter em contato com a “joia ativa”, e ela ainda estava lá. (O mesmo risco de “entupimento” surgiu nos primeiros momentos da crise pandêmico-sanitária e do confinamento no Brasil, quando analisantes falavam de ansiedade e incertezas e pânico e estranhamento da modalidade on-line, temas que convocavam a pessoa do analista de forma bem pungente).

Acontece que, pondo as coisas nesses termos, poderia ficar a impressão de que são duas coisas distintas: “o estojo”, e o enquadre, e o imaginário, são uma coisa, são “o joio”, e “a joia”, “a psicanálise viva”, “*the thing that speaks*”, como diria Beckett, são outra, são “o trigo” ele mesmo. Como se eu estivesse dizendo que “acontecimentos conjunturais são desimportantes, a gente tem que ouvir mesmo é O Inconsciente, e não as ladainhas cotidianas e sociais e comunitárias e políticas”. Pois bem: não é assim. Acredito, como já disse, na existência de um “algo ali”, que seria provocado pelo encontro analítico, mas não acredito que essa provocação passe por um silenciamento dos determinantes incidentais – pelo contrário: o que acho que a psicanálise faz é fazer falar, do incidental, aquilo que nele insiste para além do casual e do fortuito.

Indissociabilidade entre clínica e política em psicanálise:

Aqui as coisas se complicam um pouco: porque aqui se faz notar uma forma de composição entre o clínico e o político que não é evidente à primeira vista. Ilustro a situação através de um exemplo genérico: na época da tramitação do processo do impeachment da Dilma uma paciente relata uma discussão difícil que teve com o irmão, que era engajado na militância e com quem ela estava debatendo a situação. Ela vai contando de como a conversa começou, por onde passaram, como ela foi pensando aquilo tudo... um debate político, entre irmãos. Bom, naquela época eu também estava acompanhando esse processo todo, também estava mobilizado, também discutia com amigos e colegas e conhecidos, pensava um bocado de coisas a respeito. Então, claro, aquilo tudo me tocava, eram “resíduos diurnos” que tinham lá sua dimensão cativante para mim (eu e alguns amigos chamamos isso de “rádio divã” – quando “passa” algo interessante no relato do paciente); eu me pegava ali convidado a articular isso com conversas que eu mesmo tinha, opiniões que eu mesmo tinha.

Acontece que eu não estava num bar discutindo política com essa pessoa, estava trabalhando como analista – e nesse contexto pude conter (reconhecer, mas conter) meu interesse pessoal pelo tema, e pude reconhecer ali a retomada de uma trama familiar na história dessa paciente: esse irmão dela era um cara bem mais velho que ela, e ele tinha um engajamento em temas “mais sociais” durante a juventude, que ele confidenciava a ela em segredo, já que a família deles era religiosa e não se ocupava de coisas “do demônio” (como Chico Buarque, direitos das mulheres etc). Então esse irmão ocupava esse lugar de referência para ela ao longo de sua história, e essa discussão sobre a Dilma e a Lava Jato tinha uma reverberação numa dimensão mais ampla da trama do caso. Incorporando essa dimensão ao que eu mesmo vivia com ela pude compreender um pouco melhor os dilemas e desafios que ela vivia durante a juventude, seduzida pelo lado “cool” do irmão, e a sombra de culpa que a assombrava e sob a qual se via inerte.

O que quero pinçar desse exemplo é a incidência do que eu e um colega daqui de São Paulo, o Paulo Beer, estivemos chamando de “indissociabilidade entre clínica e política” – o fato de que a “matriz ativa” da psicanálise, a tal “psicanálise viva”, funciona habitada desde dentro por elementos politicamente relevantes – de forma que “o joio” e “o trigo” são (como deveria ser óbvio) parte de uma mesma coisa. Toda a dificuldade, postas as coisas nesses termos, reside em habitar esse campo de indissociabilidade sem submeter a psicanálise a uma politização que a “desnaturaria” (como uma pedagogia política ou uma politização do encontro), evitando ao mesmo tempo a ameaça oposta, que

seria a de acreditar ingenuamente em uma “neutralidade” do encontro e do analista dando notícia de um “fundamento apolítico do encontro e da psique” (que seria, obviamente, um engodo e uma balela).

Perspectivas: o plural em “psicanálises”:

Pois bem, a partir daqui posso retomar o tema específico de nosso encontro: os lugares da psicanálise no Brasil contemporâneo, e os desafios e perspectivas que nos interpelam desde esses lugares.

Como já disse, acho importante podermos focar no nível da psicanálise “ativa”, “viva”, “clínica”, chame-o como o queira, e deixar para outras ocasiões os debates sobre a psicanálise como teoria e sobre o psicanalista como figura pública. Ainda com essa circunscrição mantenho o plural do título, entendendo que temos que pensar “os lugares”, e não “o lugar” da psicanálise. Por quê? Porque há mais de uma forma de instalar essa “matriz ativa” na comunidade psicanalítica brasileira contemporânea, e diferenças na instalação geram diferenças na habitação e no que se produz (d)ali. Essas diferenças envolvem filiações a autores de referência (no “lacanismo”, “winnicottismo” etc) e diferenças de filiação institucional (Círculo, Espaço, Fórum, Sociedade, Sedes etc), ainda que essas filiações não “localizem” precisamente o que exatamente o sujeito faz quando faz “psicanálise”. De qualquer forma, resta para mim o ponto que importa: supor uma “psicanálise homogênea”, falar no singular de “psicanálise”, envolveria propor uma coisa tão vaga e genérica que perderia todo interesse e agudeza.

Um dos desafios que acho que nos tocam para pensar a psicanálise no contemporâneo passa por aí: a gente poderia propor uma “língua comum”, um “esperanto psicanalítico”, mas acho que isso seria muito mais uma perda do que um ganho (tipo o esperanto em si mesmo, que eu costumo definir como uma língua ótima, porque todo mundo pode falar, mas ao mesmo tempo péssima, porque ninguém *quer* falar – pode até querer, do ponto de vista cidadão, mas dificilmente do ponto de vista da habitação desejante da língua enquanto ato comunicativo). Então acho que a gente tem que encontrar maneiras de nos encontrarmos, e de nos reconhecermos pela potência dos encontros que podemos propor uns aos outros, *postas* as diferenças.

O interessante, ao que me parece, é que a tomada em consideração dessa coisa de “indissociabilidade entre clínica e política” definindo o acontecimento psicanalítico a partir de dentro tem me oferecido uma plataforma que considero bem potente para lidar com isso. Digo isso porque tenho podido encontrar bons interlocutores em pontos

bastante diversos da topografia institucional e identitária psicanalítica – lacanianos e winnicottianos e bionianos e ferenczianos, “instituídos” em um ou outro ou vários lugares, psicanalíticos e/ou universitários e/ou “independentes”. Esses encontros não me refletem todo, mas isso não precisa, em absoluto, ser um problema – meu modo de pensar a efetividade da práxis psicanalítica deve muito às concepções de Luís Cláudio Figueiredo, com quem suponho ter pouca ou nenhuma afinidade político-ideológica, mas, curiosamente ou não, isso nunca veio ao caso e nunca fez diferença; ao mesmo tempo tenho trocas bastante interessantes sobre práxis clínica com colegas como Rodrigo Alencar e Bartholomeu Vieira, com quem tenho diferenças bastante evidentes e importantes na instalação e habitação da cena clínica, mas com quem convirjo em muito em outros aspectos. E por aí vai.

Ou seja: acho que temos um desafio em vista, na medida em que as formas através das quais nos reconhecemos uns aos outros muitas vezes obscurecem os pontos eficientes em relação à composição e divergência, e isso leva a silenciamentos e negociações que dificultam o trânsito e o pensamento.

Diria que isso diz respeito à busca por uma perspectiva – ou seja: um ângulo a partir de onde se vê um determinado campo. Diria que precisamos trabalhar para compreender as perspectivas a partir das quais promovemos enquadramentos – para evitar enquadramentos que nos silenciam, ou que obscurecem um tanto da matriz ativa, que é o que importa da psicanálise que promovemos.

Desafios:

Agora queria falar sobre os desafios. Para adiantar e “dar a letra”, já digo: entendo que o tempo e meio que acolhem nossa práxis (o Brasil contemporâneo) interpela a tal da “matriz ativa” de uma forma bastante pungente, impondo um direcionamento aos “resíduos diurnos” e às nossas invocações no campo transferencial que são, por si sós, bastante transformadoras e decisivas. Entendo que precisamos estar à altura desse desafio (somos “desafiados” por essas injunções, que modulam e dimensionam nosso trabalho, nossa práxis).

Aqui acho que convém fazer menção a uma noção que retiro da obra do Luís Cláudio, que pode dialogar com a noção da indissociabilidade entre clínica e política – a

noção segundo a qual “o enquadre clínico psicanalítico é um enclave selvagem na vida civilizada”.

Começando do começo: o que é um enclave? Enclave é uma figura da geografia política – enclave é “um território inteiramente inscrito em um outro”: o Distrito Federal é um enclave no Goiás, o Vaticano é um enclave na Itália. Pois bem: dizer que o enquadre é um enclave na vida civilizada é dizer que ele está inscrito na vida civilizada, mas não faz parte dela; significa dizer que o que aparece ali não pertence àquele território, mas a um outro.

Meu ponto é que, ainda que essa colocação faça sentido e dialogue com coisas que trouxe aqui, ela não dá conta da cena toda – porque, além de ser um enclave nesse sentido, ela pode muito bem ser um enclave inverso (um “enclave civilizado na vida selvagem”), dependendo de como o psicanalista conduz a clínica dele, e além disso porque se trata de um enclave que é também uma alfândega e/ou um posto de contrabando, já que há ampla troca e interação entre as partes (isso é o que caracteriza, justamente, a práxis psicanalítica).

O que eu quero dizer com isso, em resumo, é que o psicanalista acaba compondo em sua práxis cotidiana elementos sobre os quais não tem controle ou entendimento a outros, que são, por assim dizer, mais “domésticos” – e, num outro nível, ele também mobiliza elementos com os quais estaria de acordo política e ideologicamente e outros que causariam estranheza a ele mesmo, se viesse a perceber o que está fazendo. Isso faz parte da práxis clínica e de seus impactos na trama cidadina, na forma como ela interage com o *socius* e a *polis* em que se inscreve (haveria, assim, uma espécie de espiral de reconhecimento e desconhecimento operando como um vórtice em meio ao trabalho transformativo que o enquadre mobiliza). De qualquer forma, para nossos propósitos aqui o que mais importa é uma extrapolação específica disso: em tempos de convulsão social como o nosso, a práxis clínica operará em um regime que contaria com maior propensão desequilibradora e transformadora – afinal, imaginem vocês um enclave recíproco, com regimes independentes de negociação administrativa e civil, em tempos de convulsão social...

Posso dar como exemplo minha própria trajetória: ao longo de 10 anos de clínica meu estilo clínico mudou muito, e eu mudei muito. Muito disso teve a ver com transformações que vieram de minha vida clínica (dos dois lados do divã), e um outro tanto a transformações na ordem dos “resíduos diurnos”. Mas essas coisas interagem: entrei em contato com elementos de minha branquitude, por exemplo, que foram trazidos

à baila por força de acontecimentos externos, mas que alimentam e interagem com o vórtice de minhas experiências transformativas no campo da clínica. Aqui pode ser útil lembrar que, para Freud, um trauma opera quando não há capacidade de preparação e/ou resposta psíquica, de forma que tempos como o nosso invocam um potencial traumático, mas também um potencial transformador (a diferenciação, no fim das contas, será delicada, idiossincrática e *a posteriori*).

Considerações finais

Vivemos tempos de convulsão social, civil e política. Paralelamente à degradação de aquisições civis precária e duramente conquistadas, vemos também o escancaramento de elementos brasileiríssimos e seculares, como o racismo, o ódio de classe e a selvageria cínica patrimonialista. Esses processos interpelam a cada um de nós de maneira singular, mas parece claro que eles insistem nas ruas e nos becos, de forma que eles vão compor os “resíduos diurnos”, os sonhos e as angústias, os horrores e os fascínios do cotidiano de cada um de nós. Diante de um cenário como esse é possível, e me parece inevitável, que uma pequena multidão de psicanalistas opte pela neutralidade abstinente, confortavelmente sentado em sua Bergère e na soberba certeza de que “não é com ele” (dizendo nos termos do povo da “escuta da contratransferência”: a desconexão gera sono, bem como a raiva, quando ela não é integrada e/ou metabolizada). Outros tantos provavelmente terão suas escutas clínicas coaptadas pelas urgências e apelos de um cotidiano atroz, e se verão constrangidos a fazer falar das selvagens incivildades de nosso cotidiano, resíduos diurnos tão mais traumáticos quanto são imbecilizantes e, no limite, anestésicos.

Eu obviamente não vejo com muito bons olhos nenhum desses cenários. Eu aposto num outro, diferente desses, em que espero que possamos ser muitos, e entre os quais eu espero estar: o campo daqueles que conseguem 1. escutar o desafio de nosso tempo e meio, 2. buscar perspectivas agudas (tanto para compreender o passado que nos acolhe e determina quanto para avançar na abertura de novas clareiras significantes e transformadoras), mantendo-nos pensantes, vivos e com capacidade de ação, e, claro, 3. Articular sua práxis psicanalítica a uma prática cidadã condizente com a urgência de nosso tempo e meio (são coisas diferentes, mas elas têm que compor).

Retomando e resumindo: 1. tratei aqui da práxis psicanalítica no sentido restritivo do termo, sem me ocupar com implementações da teoria psicanalítica ou com os lugares ocupados por psicanalistas para além do horizonte de sua práxis no sentido estrito da

mobilização clínica da “matriz ativa”. 2. Nesse contexto sinalizei que a indissociabilidade entre clínica e política exige uma capacidade de escuta sensível ao efeito transformativo das urgências cotidianas, de forma a reconhecer esses “resíduos diurnos” tanto em sua capacidade traumática quanto em sua característica fática. 3. Sinalizei que essa articulação entre o traumático e o fático compõe com o “vórtice” que é, no fim das contas, o efeito transformativo de um processo analítico, tanto do ponto de vista do analista quanto do paciente. 4. Defendi que, atento a esse campo e a sua efetividade no contexto da práxis, o psicanalista pode se evadir tanto aos riscos de um encantamento imaginário que simplifica e imbeciliza o processo, por um lado, quanto aos riscos de um anestesiamiento arrogante do encontro em função da pretensa “neutralidade do analista”, por outro.

Referências:

Beckett, S. *The unnamable*. In: Beckett, S.: **The Grove Centenary Edition**, Volume II: Novels. New York: Grove Press, 2006.

Beer, P. e Franco, W. Da indissociabilidade entre clínica e política em psicanálise, in: *Revista Affectio Societatis*, Vol. 14, Nº 27, 2017.

Figueiredo, L.C. Escuta psicanalítica, hospitalidade e violência. (Fala de abertura das atividades do **III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental**, 2008b).

Figueiredo, L.C. **As diversas faces do cuidar**: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009.

Franco, W. **Os lugares da psicanálise**: a inscrição clínica e cultural do pensamento psicanalítico. 2018. 231f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Franco, W. *Os lugares da psicanálise na clínica e na cultura*. São Paulo: Blucher, 2020.

Green, S. Le cadre psychanalytique et son intériorisation chez l’analyste. In : Green, A.; Kernberg, O. **L’avenir d’une désillusion**. Paris : P.U.F., 2000.